



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XVII — Nº 26

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA 20 DE MARÇO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 e 29 do mês em curso, 3, 5, 10, 12 e 24 de abril próximo, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dias 27 e 29 de março, 3, 5, 10 e 12 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.222-57, na Câmara e nº 13, de 1960, no Senado, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Dia 24 de abril:

1) — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.174-B-59, na Câmara e

nº 75-61, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, no Estado da Paraíba;

2) — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.319-B-61, na Câmara e nº 1-62, no Senado, que torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

Congresso Nacional, 16 de março de 1962.

AURO MOURA AMORADI
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura

PEQUENO EXPEDIENTE

Wilson Calmon
Aramando Storni
Benedito Vaz
Theódulo Albuquerque
Ramon de Oliveira
Lino Braun
Osmar Cunha
Heitor Cavalcaete
Dáger Serra
Aramando Corrêa
Temperani Pereira
Josué de Castro — 19-3
Antz Badra — 19-3
Leite Neto — 19-3
Elias Adalme — 19-3
Adylio Viana — 19-3
Valério Magalhães — 19-3
Miguel Bahury — 19-3
Breno da Silveira — 19-3
Antônio Dino — 19-3
Aurélio Vianna — 19-3
Wilson Vargas — 19-3
Geraldo Freire — 19-3
Neiva Moreira — 19-3
Alberto Hoffmann — 19-3
Benjamin Farah — 19-3
Medeiros Neto — 19-3

GRANDE EXPEDIENTE

Antônio Feliciano
Miguel Bahury, em caráter preferencial,
Anísio Rocha
Ozanar Coelho
Milton Reis
Padre Nobre
Josué de Castro
Geraldo Guedes

REUNIÕES MARCADAS PARA TERÇA-FEIRA DIA 20 DE MARÇO DE 1962

Comissões Permanentes

- I — De Constituição e Justiça — Turma "A", às 15 horas.
- II — De Economia, às 15 horas.
- III — De Finanças, às 15 horas.
- IV — De Orçamento e Fiscalização Financeira — Turma "A", às 15 horas.
- V — De Serviço Público, às 16 horas.
- VI — De Transportes, Comunicações e Obras Públicas, às 15 horas.
- VII — De Segurança Nacional, às 15 horas, para eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Comissões Especiais

- I — De Valorização Econômica da Amazonia, às 15 horas e 30 minutos.
- II — Da Bacia do São Francisco, às 15 horas, para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Comissões de Inquérito

- I — Para investigar as condições da Pesca, às 15 horas, na Sala 214-A.
- II — Para investigar as relações da Bates do Brasil S. A., ou da Bates Valve Bag Corporation Of. Brasil, com a fábrica de Papel Iguaçu.

Ultime de Carvalho
Castro Costa
José Amundo
Amicar Pereira
Carmelo D'Agostino
Cloviz Mota
Nicolau Turma
Eagueira Leal
Osmar Cunha

José da Silveira
José Humberto
Campos Vergal
Nelson Carneiro
Celso Brant
Theódulo Albuquerque
Olavo Fontoura
Clemens Sampaio
Aderbal Jurema

Bezerra Leite
Lourival de Almeida
Alberto Hoffmann
Vasco Pinho
José Joffin
João Abdala
Elias Adalme
Hamilton Prado
Bocayuva Cunha
Manoel de Almeida
Ruben Nogueira
Antônio Dino
Waldir Simões
Breno da Silveira
Oswaldo Lima Pinho
Benjamin Farah
Adylio Viana
Milton Brandão
Xavier Fernandes
Wilson Vargas
Rezende Monteiro
Cunha Eueno
Oliveira Franco
Fernando de Santana
Geraldo Freire
Aurélio Vianna
Sylvio Braga
Agnaldo Costa
José Rio
Dias de Macedo
Neiva Moreira
Dáger Serra
Temperani Pereira
Jacob Frantz

Sr. Presidente

Requeiro a V. Exa. seja concedida a palavra em caráter preferencial ao Grande Expediente ao Deputado Miguel Bahury.

Sala das Sessões, 20 de março de 1962. — Martins Rodrigues.

ações e exigências por vezes desobediadas, contanto possam os responsáveis por aquelas entidades dispor de suas quotas logo nos dois primeiros meses de cada exercício. Por outro lado, somos que os cortes do Plano de Economia não deveriam atingir as essas subvenções, verdadeira gota d'água para o País, mas que representam na manutenção desses estabelecimentos parcela ponderável, indispensável à respectiva sobrevivência. (Muito bem)

O SR. NEIVA MOREIRA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero manifestar o nosso regozijo pela assinatura, hoje, na França, do acordo entre argelinos e franceses que pôs fim a uma sangrenta luta de quase oito anos, embora devam ser esperados acontecimentos muito mais graves, ou igualmente graves, para o futuro, decorrentes do terrorismo que se abate sobre aquele país africano.

Desejo assinalar, rapidamente, dois fatos. Primeiro, a conduta realmente correta do General de Gaulle dentro desse processo histórico, ao reconhecer a independência da Argélia, dando aos argelinos a possibilidade de decidir sobre a sua sorte. Segundo, a grande lição que nos dá a Argélia. Lição de persistência, de coragem, de bravura, de capacidade de luta, que confluíram para essa grande vitória, sancionada hoje em todo o mundo como etapa decisiva para o fim do colonialismo, para o término daquela fase da evolução política de todos os povos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem)

O SR. LEITE NETO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sei, como há pouco salientou o Deputado Wilson Vargas, que, infelizmente, as vezes dos parlamentares quase nunca chegam a ser ouvidas pelos eminentes colegas que ocupam as pastas ministeriais, mas dev-nos continuar gritando, chamando sempre em defesa dos interesses das populações de nossos Estados. Dirijo-me, agora, ao Sr. Ministro da Viação, para apelo desesperado para que S. Exa. socorra, sem perda de tempo, as populações flageladas de Serape. Há poucos dias, tive oportunidade de percorrer ali as regiões sertanejas, onde os habitantes, em verdadeira romaria, vêm para as estradas de rodagem esperar o caminhão de água que lhes há de mitigar a sede. Infelizmente, o número de caminhões do Departamento Nacional de Obras contra as Secas é insuficiente, em que se pensou os esforços e a abnegação do ilustre chefe do DNOCOS em meu Estado.

Peco ao Sr. Ministro da Viação providencie o envio de pelo menos mais quinze caminhões-pipa, para assistir aquelas populações, e o faça imediatamente, com a máxima urgência. (Muito bem)

O SR. CORRÊA DA COSTA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi de várias entidades públicas do meu Estado cópia de petição enviada ao Exmo. Sr. Presidente da República, no sentido de que seja criada, na Capital do meu Estado, uma agência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovias e Empregados nos Serviços Públicos — o IAPFESP.

Alegam aquelas companhias que o Estado de Mato Grosso não dispõe de nenhum órgão daquela autarquia, em qualquer das suas Cidades. Toda a correspondência e mesmo os benefícios a que fazem jus os seus segurados são encaminhados à Agência sediada na Cidade de Bauri, no Estado de São Paulo.

Ora, Sr. Presidente, a Capital do meu Estado fica a uma distância de quase dois mil quilômetros da Cidade

de Bauri. Em Curitiba, mantém a autarquia um médico credenciado para atender aos segurados e seus dependentes. No entanto, ele está incumbido de tarefas burocráticas do Instituto, absolutamente fora de suas atribuições, em prejuízo dos segurados.

V. Exa. pode avaliar, Sr. Presidente, a situação de um médico, designado para exercer a sua profissão, encarregado da parte burocrática de uma autarquia na Cidade de Curitiba.

Assim, secundando a solicitação feita pelas Centrais Elétricas Mato-grossenses Sociedade Anônima, pela Companhia Telefônica Curitiba, pela Companhia Rádio Internacional do Brasil, Agência de Curitiba, pela Comissão de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso, dirijo apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República, estendendo-o ao Sr. Primeiro Ministro, no sentido de que lomen providências, com a brevidade possível, a fim de que sejam atendidos os segurados daquelas companhias. Era o que tinha a dizer. (Muito bem)

O SR. MEDEIROS NETO:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, do Congresso Nacional merece justos aplausos a atitude do Sr. Presidente da República, em decisão de prestar nobre homenagem ao talento e gênio criador de Assis Chateaubriand, conferindo-lhe a maior condecoração nacional devida a um homem público, a Ordem do Mérito Nacional.

Todos os que neste país vivem, por durante estes 30 anos de uma atuação constante e decisiva, que exercita o jornalista Assis Chateaubriand, em todas as dimensões da vida cultural e das atividades jornalísticas sentem quanto de valimento tem esta medida, condecorando um homem que atinge ao término da existência, deixando atrás de si um lastro de generalidade e espírito público, singulares para tantos que o contemplem.

Lembro-me, Sr. Presidente, ainda na minha juventude, na qualidade de Diretor-Geral do Departamento de Educação, no meu Estado, no período de 1942 a 1945, das duas grandes campanhas enérgicas e concretizadas por Assis Chateaubriand e que tiveram expansão no meu Estado. A primeira, que se afirmou pelo nome de Campanha da Redenção da Criança, espalhando postos de puéricultura em toda a extensão daquela unidade mínima da Federação. A segunda, Campanha de Aeronáutica, fazendo com que todas as cidades, do litoral e do interior, viessem a desfrutar dos benefícios dessa escola permanente de formação de pilotos experimentados, com nome de aeroclubes. Todas as demais unidades da Federação experimentaram, efetivamente, a expansão dessas duas campanhas, que realmente jamais esbarravam em dificuldades e óbices irremovíveis.

Além disso, Sr. Presidente, quem em toda a América pode desconhecer a obra de Assis Chateaubriand, no que tange aos problemas jornalísticos brasileiros, criando hebdomários, diários por todos os quadrantes deste País, com essa luz de uma imprensa que é realmente independente e se caracteriza pelo alto padrão de cultura e talvez dos mais distintos deste País.

Para concluir, quem desconhece o trabalho das várias estações de rádio de televisão que o gênio de Assis Chateaubriand, com o poder de quem cria e acredita no futuro da Pátria, conseguiu legar à posteridade?

Trago, portanto, Sr. Presidente, em meu nome é, acredito, em nome das duas Casas do Congresso, os aplausos. Atitude do Presidente da República, que, dentro de poucos dias, dará a Assis Chateaubriand o Mérito da Pátria pelos méritos que lhe prestava aos serviços de nacionalidade. (Muito bem)

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, as notícias que nos chegam do Nordeste, pelas mais diferentes vias, analisando os mais diversos aspectos da vida daquela região, demonstram que mais uma vez se agrava esse crônico problema brasileiro. As populações nordestinas estão novamente acossadas pela seca. Nas cidades avolumam-se aglomerações humanas que sofrem nas suas terras calcinadas. Por outro lado, as tensões sociais resultantes da situação de miséria já reinante, apenas agravada pela seca, se intensificam, e o Nordeste se transforma numa área explosiva.

Noticiam os jornais os choques entre as Ligas Camponesas e os seus adversários. Os Governadores do Nordeste, como é o caso do Sr. Pedro Gondim, da Paraíba, afirmam que ou se muda contra a fome no Nordeste, ou o Nordeste encurará numa crise revolucionária.

Tudo isso demonstra, Sr. Presidente, que nu verdade, até hoje nada foi feito de concreto, de objetivo, no sentido de remediar a situação. As medidas adotadas têm sido apenas paliativos. Ninguém teve ainda coragem e a audácia de encarar o problema nordestino em sua intimidade social e promover as reformas estruturais que mudem a paisagem econômica daquela região.

Por isso, Sr. Presidente, venho hoje, desta tribuna, congratular-me com o povo brasileiro — o creio que a Casa inteira estará comigo — pela iniciativa, que deve surgir em breves dias no Nordeste, da execução do Plano de Recuperação Alimentar dessa região, promovida pelo Governador brasileiro, em colaboração com as Nações Unidas. Quando fui presidente da delegação brasileira na última conferência da FAO, propus aquele organismo internacional fosse o Nordeste admitido como área demonstrativa da campanha mundial contra a fome. A proposta foi aceita, e já chegaram ao Brasil os primeiros técnicos, dentre os quais se destacam o Sr. Herman Santa Cruz, Diretor Adjunto da FAO para os problemas da América Latina, e Hugo Trivelli, Superintendente da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Agrícola. Esses elementos irão para o Nordeste, no correr desta semana, a fim de discutir com os técnicos e dirigentes da SUDENE como estruturar um plano realmente vital, capaz de arrancar a vasta região das garras da fome.

Neste momento, faço um apelo ao Governo brasileiro e a este Congresso, para que deem todo o apoio à realização desse Plano, que poderá erradicar a fome do Nordeste, quebrando o círculo de subdesenvolvimento, e evitar essa epopeia trágica das secas, que não são a causa primordial da miséria, nem do atraso nordestino, mas apenas o fator adjuntivo; a causa essencial é o subdesenvolvimento econômico, o atraso da estrutura agrícola, o retardamento total, a subcapitalização, enfim, fatores mais estruturais e econômicos de que naturais. Estou certo de que, com a ajuda das Nações Unidas, através da cooperação técnica e financeira dos seus organismos especializados, poderá o Governo brasileiro recuperar o Nordeste, onde vive abandonado 1/3 da nossa população, até hoje, por inércia, na mais negra fome e mais triste miséria. (Muito bem)

Durante o discurso do Sr. Josué de Castro, o Sr. Wilson Calmon, 2º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osvaldo Lima Filho, 1º Vice-Presidente.

O SR. CUNHA BUENO:

SENHOR PRESIDENTE: Considerando que a praia denominada Itararé, em São Vicente, Estado

de São Paulo, está sendo deformada em sua beleza natural pela permanente retirada de areias destinadas à construção, o que acarreta desnível acentuado e estagnação de águas pluviais; considerando que, além do inconveniente acima apontado a estagnação de águas pode acarretar malefícios à saúde, principalmente do grande número de turistas que se servem daquela estação balnearia; considerando que as autoridades locais já tomaram todas as providências junto à Capitania do Porto de Santos, mas que até agora não foi encontrada solução satisfatória para o assunto, requeiro, nos termos regimentais, que, por intermédio do Sr. Primeiro Ministro Tancredo Neves sejam solicitadas providências do Ministério da Marinha, a fim de pôr cõbro a essa irregularidade que prejudica sensivelmente a praia de Itararé, em São Vicente, Estado de São Paulo, uma das mais lindas e aprazíveis de todo o País.

V — O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Miguel Bahury.

O SR. MIGUEL BAHURY:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quinta-feira última, em reunião do meu Partido, da sua Convenção Nacional, ao ouvir do nobre Deputado Padre Vidigal a notícia e a queixa de que elementos udenistas massacraram os pescadistas mineiros, tive oportunidade, ao ensajo, de dizer aos meus correligionários presentes que era realmente de lastimar que injustiças fossem cometidas pelos nossos adversários contra nós, mas que muito mais entristecedor, muito mais lamentável, muito mais condenável, era ver pescadistas, realmente abnegados, ser massacrados, como na verdade, estão sendo, no Maranhão, exatamente pelo homem a quem cumpria respeitá-los e prestigiá-los, pela sua dupla função de Presidente do Partido, seção do Maranhão, e de Governador do Estado.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao Governador Newton Belo.

Na oportunidade, trouxe ao conhecimento da Convenção, o processo vergonhoso de corrupção, de violências e de licitudes que se praticavam no meu Estado, através da máquina mais ignominiosa já montada no País, do Governo. E o fiz com a consciência de estar cumprindo com o sagrado dever de representante do povo que me elegeu. Pedi, inclusive, houvesse por bem a direção nacional do meu Partido enviar ao meu Estado uma comissão integrada por elementos do mais alto gabarito moral para um exame, de perto, das ocorrências ali registradas e para, ao apresentar seu relatório, confirmar minhas acusações ou desmentir. Tenho a impressão de que requeri medida acertada. Não sei, no entanto, se serei atendido, mas disse aos presentes que seria forçando a abandonar o partido, se a providência não fosse adotada.

Não importa esteja eu distanciado do Governo do Estado, porque o fato não me obrigaria a afastar-me do meu partido, se eu, em verdade, dentro do Diretório Nacional, encontrar o apoio que, como bom, leal e honesto pescadista, tenho a consciência de que mereço.

O Sr. Heitor Cavalcanti — Muito bem.

O SR. MIGUEL BAHURY — A reação do Governador, Sr. Presidente, foi a de homem realmente culpado. Sem capacidade moral e até mesmo intelectual para a réplica decente e limpa, auxiliário, violento, mal educado, o Sr. Governador do Maranhão, ao invés de contestar-me, o que evidentemente não poderia fazer, por impossível, porque — repetido o que disse na Convenção — através do Governo do meu Estado, hoje só se corrompe, só se violenta, só se furta...

O Sr. Neiva Moreira — Permita-me duas observações à margem da declaração do Sr. Governador do Mara-